



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
NOTAS EXPLICATIVAS
2025



PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Desembargador Rubens Schulz

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DO FUNDO DE REAPRELHAMENTO DA JUSTIÇA

Desembargador Ernani Guetten de Almeida

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Dinart Francisco Machado

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

Alexsandro Postali - Diretor

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Eduardo Cardoso Silva - Diretor

DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Ellen White Baiense Concenço - Contadora

EQUIPE TÉCNICA

Ariane Debastiani - Contadora

Ellen White Baiense Concenço - Contadora

Mara Beatriz Guarda Lara - Contadora



SUMÁRIO

CONTEXTO OPERACIONAL	4
POLÍTICAS CONTÁBEIS	6
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES	7
BALANÇO PATRIMONIAL	8
Ativo	10
Ativo Circulante	10
• Caixa e Equivalentes de Caixa	10
• Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	12
Ativo Não Circulante	13
• Estoques	14
• Imobilizado	14
• Intangível	15
Passivo	15
Passivo Circulante	16
• Transferências Fiscais a Curto Prazo	16
• Valores Restituíveis	16
Passivo Não Circulante	17
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	17
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	18
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	22
BALANÇO FINANCEIRO (BF)	25
Ingressos	26
Dispêndios	27
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	28
Receitas Orçamentárias	28
Despesas Orçamentárias	29
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	31
PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL	35
REGULARIDADE DE INVENTÁRIO	37

CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), cadastrado no CNPJ sob o nº 12.300.939/0001-50, foi criado pela Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, e alterado pelas Leis nº 8.362, de 10 de outubro de 1991, nº 807, de 21 de dezembro de 2022 e Resolução CM nº 2, de 13 de março de 2023.

É constituído por recursos do orçamento público do estado, principalmente das receitas dos cartórios extrajudiciais oficializados, das receitas de custas judiciais e extrajudiciais, das doações, legados e contribuições, dos recursos transferidos por entidades públicas ou créditos adicionais, da remuneração oriunda da aplicação financeira e de outros recursos que lhe forem transferidos.

Tem por finalidade o fortalecimento dos recursos financeiros destinados ao reequipamento físico e tecnológico do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, bem como para remunerar a Assistência Judiciária Gratuita (AJG) e os estabelecimentos destinados a atender políticas de proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo, na:

- Elaboração e execução de planos, programas e projetos;
- Construção, ampliação e reforma de prédios;
- Aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
- Implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998;
- Contratação de estagiários para atuarem junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente;
- Capacitação de recursos humanos;
- Pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O FRJ possui um Conselho de Administração, composto por cinco membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, no qual participam também um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e um do Ministério Público.

A competência do Conselho é:

- Fixar as diretrizes operacionais do FRJ;
- Baixar normas e instruções complementares disciplinares da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- Propor o plano de aplicação do FRJ;
- Decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros do FRJ, respeitadas as propostas do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- Examinar e aprovar as contas do Fundo, ouvido o controle interno do Poder Judiciário;
- Designar, coordenar, delegando-lhe competência para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo;
- Promover por todos os meios o desenvolvimento do FRJ, e gerenciar para que sejam atingidas suas finalidades;
- Apresentar, anualmente, relatórios de suas atividades ao Presidente do Tribunal de Justiça, que o submeterá à apreciação do Egrégio Tribunal Pleno;
- Exercer as demais atribuições indispensáveis à supervisão superior e à gestão do FRJ.

O Fundo de Reparelhamento da Justiça integra o sistema de controle e fiscalização dos atos ou serviços notariais e de registro, sendo cobrado um valor denominado “taxa do FRJ”, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia na fiscalização da atividade extrajudicial e incidirá no momento da prática do ato ou serviço notarial e de registro. Sobre o valor dos emolumentos são acrescentados 22,73%, os quais serão recolhidos ao FRJ, mensalmente, de forma cumulativa.

Além de outros mecanismos de fiscalização, é realizada auditoria do recolhimento da referida taxa, mediante confronto da apuração da taxa do FRJ com o saldo total escriturado no Livro Diário Auxiliar de Registro da Receita e da Despesa previsto no Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à contabilidade pública, sobretudo, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Instrução Normativa TC nº 020/2015 e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Os demonstrativos contábeis quantitativos foram elaborados a partir de informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostas pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea a, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC nº 1.330/2011), combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional empregando-se a taxa de câmbio vigente, na data das demonstrações contábeis.

As disponibilidades e os créditos e obrigações estão mensurados pelo valor original. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado.

Os materiais e bens móveis, imóveis e intangíveis adquiridos, construídos ou desenvolvidos pelo FRJ são transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça ao final de cada período mensal, conforme disposto na Lei nº 8.067/1990.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações contábeis são elaboradas com base na Lei nº 4.320/1964, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na Instrução Normativa TC nº 020/2015.

A contabilidade do FRJ é realizada através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que tem por finalidade realizar o processamento, o controle e a execução financeira, patrimonial e contábil, consolidando as informações de todas as unidades gestoras que compõem o orçamento público estadual. Os dados da execução orçamentária do FRJ são processados pelo sistema ERP e transferidos por integração para o SIGEF.

As demonstrações contábeis foram extraídas diretamente do SIGEF e acrescentadas as notas explicativas necessárias para agregar maiores esclarecimentos aos usuários da informação contábil.

É importante considerar que, as notas explicativas compõem a Prestação de Contas Anual (PCA) e consistem em informações adicionais às Demonstrações Contábeis Aplicáveis ao Setor Público (DCASP). O objetivo é facilitar sua compreensão, considerando os mais diversos usuários. Ademais, incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estejam inseridas nas DCASP.

Este demonstrativo contribui para a melhoria da *accountability* e transparência das contas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e instrumentalização do controle por parte dos gestores e da sociedade em geral.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial na data-base do encerramento do exercício. Ele evidencia os ativos, passivos e o patrimônio líquido, o que permite avaliar a situação econômica e a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

Os ativos estão classificados conforme sua natureza e prazo de realização, distinguindo-se entre recursos disponíveis, direitos realizáveis e bens permanentes. Os passivos são apresentados de acordo com sua exigibilidade, separando obrigações de curto e longo prazo. O patrimônio líquido reflete a diferença entre ativos e passivos, representando a riqueza líquida da instituição.

Esse demonstrativo é elaborado pelo regime de competência, assegurando que todos os fatos contábeis ocorridos no período sejam reconhecidos, independentemente do recebimento ou pagamento. Inclui também contas de controle que registram situações potenciais e garantias, oferecendo uma visão completa da gestão patrimonial.

A apresentação garante clareza e transparência, que permite aos usuários compreender a composição do patrimônio, avaliar solvência e liquidez, as variações ocorridas e os impactos das políticas de gestão adotadas. Essas informações são essenciais para subsidiar decisões, avaliar a sustentabilidade financeira e assegurar a adequada prestação de contas à sociedade.

O quadro 1 demonstra a situação patrimonial desta unidade gestora.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO	1.457.686.086,35	1.404.059.319,46
Ativo Circulante	1.369.357.673,16	1.280.652.979,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.340.800.567,53	1.260.126.157,45
Dívida Ativa Tributária	199.851,65	437.399,12
Dívida Ativa Não Tributária	523.032,30	490.978,65
Adiantamentos Concedidos	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	27.834.221,68	19.598.444,50
Prêmios de Seguros a Apropriar	252.100,33	568.779,59
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	27.568.363,00	19.029.664,91
Demais VPD a Apropriar	13.758,35	-
Ativo Não Circulante	88.328.413,19	123.406.339,74
Créditos a Longo Prazo	1.465.682,94	1.760.204,47
Imobilizado	86.862.730,25	121.646.135,27
Bens Imóveis	86.862.730,25	121.646.135,27
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.457.686.086,35	1.404.059.319,46
Passivo Circulante	87.210.507,96	74.637.208,52
Encargos Sociais a Pagar	71.056,04	1.693.510,69
Transferências Fiscais a Curto Prazo	17.206.498,27	15.056.463,42
Valores Restituíveis	69.932.953,65	57.887.234,41
Patrimônio Líquido	1.370.475.578,39	1.329.422.110,94
Resultados Acumulados	1.370.475.578,39	1.329.422.110,94

Quadro 1: Balanço Patrimonial

De acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Patrimonial demonstrará o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

Nos quadros 2 e 3, são apresentados, respectivamente, os ativos e os passivos financeiros e permanentes e as contas de compensação, em que são registrados os atos potenciais.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.340.800.567,53	1.260.126.157,45
Ativo Permanente	116.885.518,82	143.933.162,01
Total Ativo (I)	1.457.686.086,35	1.404.059.319,46
PASSIVO		
Passivo Financeiro	157.544.504,67	135.903.766,23
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	157.544.504,67	135.903.766,23
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	1.300.141.581,68	1.268.155.553,23

Quadro 2: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais	930.391.975,33	949.099.781,44
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	930.391.975,33	949.099.781,44

Quadro 3: Quadro das Contas de Compensação

O superávit e o déficit financeiros são apurados pelo confronto entre o ativo e o passivo financeiro. O Balanço Patrimonial apresenta os saldos, por fonte de recursos, do superávit e do déficit financeiro, que estão demonstrados no quadro 4.

FONTE DE RECURSOS	2025	2024
1.500.100.000	-	607.322,20
1.501.269.000	29.480.590,48	13.207.858,66
1.753.219.000	77.578.911,06	103.202.601,36
1.759.269.000	19.484,29	7.743,32
1.760.212.000	20.907.817,85	13.050.213,19
1.760.219.000	122.002.426,37	165.581.203,07
1.760.282.000	61.657.119,89	70.610.301,78
1.799.269.000	963.298,54	-
2.500.100.000	766.126,88	158.804,68
2.501.101.000	2.309,33	2.309,33
2.501.180.000	112.908,72	3.082.229,91
2.501.269.000	21.115.055,14	7.907.196,48
2.753.219.000	217.004.005,07	113.801.403,71
2.759.269.000	133.051.871,98	133.044.128,66
2.760.212.000	3.356.267,30	73,22
2.760.219.000	360.969.671,32	331.243.234,01
2.760.282.000	134.266.489,13	168.714.058,13
2.799.269.000	1.709,51	1.709,51
TOTAL	1.183.256.062,86	1.124.222.391,22

Quadro 4: Quadro do Superávit e Déficit Financeiro

Ativo

O ativo representa os bens e direitos que a entidade possui e que podem gerar benefícios presentes ou futuros. Ele é composto por recursos financeiros disponíveis, créditos a receber, estoques, investimentos, bens móveis e imóveis, além de ativos intangíveis.

Ativo Circulante

O ativo circulante refere-se a valores disponíveis ou realizáveis até o término do exercício seguinte, bem como àqueles cuja pretensão seja a venda ou o consumo no decurso normal do ciclo operacional, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Inclui disponibilidades imediatas, como caixa e saldos bancários, além de créditos realizáveis, aplicações financeiras de liquidez, estoques e outros valores que representam recursos prontos para atender às necessidades operacionais da entidade.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

O quadro 5 apresenta o demonstrativo das disponibilidades bancárias do FRJ.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Custas Condução Oficialato	67.087.189,53	55.978.378,94
Recursos Interinidade	429.867.873,18	352.288.962,12
Atos e Serviços Notariais	24.272.657,58	13.050.294,26
Recursos de Terceiros	2.939.655,24	1.124.064,45
Assistência Judiciária Gratuita	2.336.730,68	78.442.381,56
Recursos Próprios FRJ	814.296.461,32	759.242.076,12
TOTAL	1.340.800.567,53	1.260.126.157,45

Quadro 5: Demonstrativo de Disponibilidades Bancárias

O gráfico 1, por sua vez, demonstra-se a composição das disponibilidades bancárias, em 31/12/2025, considerando a vinculação dos recursos a atividades específicas. Importante salientar que os valores referentes a Recursos de Terceiros e à Assistência Judiciária Gratuita não constam no

gráfico, porquanto representam menos de 0,5% do valor total das disponibilidades bancárias.

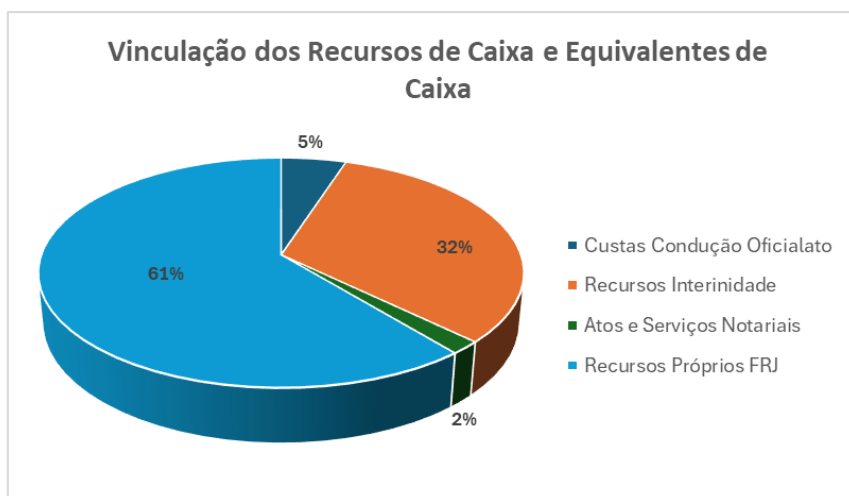


Gráfico 1: Caixa e Equivalente de Caixa

O quadro 6, por sua vez, evidencia a composição da conta caixa e equivalentes de caixa por domicílio bancário e fonte de recursos.

DOMICÍLIO BANCÁRIO	FONTE DE RECURSOS	2025	2024
001 035823 0000350001	1.500.100.000	-	607.322,20
001 035823 0000350001	1.501.269.000	29.480.590,48	13.207.858,66
001 035823 0000350001	1.753.219.015	77.578.911,06	103.202.601,36
001 035823 0000350001	1.759.269.000	19.484,29	7.743,32
001 035823 0000350001	1.760.212.000	20.907.817,85	13.050.213,19
001 035823 0000350001	1.760.219.025	187.356.195,88	223.976.016,75
001 035823 0000350001	1.760.219.085	2.336.723,26	78.431.395,01
001 035823 0000350001	1.760.282.062	73.410.731,33	-
001 035823 0000350001	1.862.999.000	1.822.999,73	1.080.788,15
001 035823 0000350001	1.869.999.000	153.356,97	43.276,30
001 035823 0000350001	1.899.269.000	963.298,54	-
001 035823 0000350001	2.500.100.000	766.126,88	158.804,68
001 035823 0000350001	2.501.101.000	2.309,33	2.309,33
001 035823 0000350001	2.501.180.000	618.349,97	3.166.052,90
001 035823 0000350001	2.501.269.000	21.115.055,14	7.907.196,48
001 035823 0000350001	2.753.219.015	217.004.005,07	113.801.403,71
001 035823 0000350001	2.759.269.000	133.051.871,98	133.044.128,66
001 035823 0000350001	2.760.212.000	3.364.831,88	73,22
001 035823 0000350001	2.760.219.025	231.146.935,46	208.448.883,35
001 035823 0000350001	2.760.219.085	7,42	10.986,55
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	135.284.957,05
001 035823 0000350001	2.760.282.062	137.327.101,07	168.714.050,28
001 035823 0000350001	2.760.282.063	7,85	7,85
001 035823 0000350001	2.799.269.000	1.709,51	1.709,51
001 035823 0000780006	1.862.999.000	67.087.189,53	55.978.378,94
TOTAL		1.340.800.567,53	1.260.126.157,45

Quadro 6: Demonstrativo das Disponibilidades Bancárias por DB e FR

Destaca-se que os saldos das fontes 1.760.212.000, 2.760.212.000 e 2.760.282.063 são destinados ao custeio dos gastos dos cartórios de atos e serviços notariais e de registro.

O fluxo da movimentação financeira dessas fontes de recursos está demonstrado no quadro 7.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
1 SALDO INICIAL	13.050.294,26	3.447.451,07
2 Ingressos	106.047.954,23	91.475.175,38
2.1 Receita de serviços extrajudiciais	105.633.776,88	91.475.175,38
2.2 Recuperação Desp. Exerc. Anteriores	200.158,13	-
2.3 IRRF/INSSRF a Recolher	214.019,22	-
3 Desembolsos	94.825.590,91	81.872.332,19
3.1 Pagamento às serventias de atos gratuitos	65.335.188,18	57.710.528,32
3.2 Pagamento às serventias de renda mínima	16.521.525,30	14.368.405,62
3.3 Vencimentos, gratificações e benefícios - Pessoal Civil	11.715.090,45	8.892.215,93
3.4 PASEP	1.048.332,34	901.182,32
3.5 Pagamento de IRRF/INSSRF	205.454,64	-
4 SALDO DO PERÍODO	11.222.363,32	9.602.843,19
5 SALDO FINAL	24.272.657,58	13.050.294,26

Quadro 7: Fluxo de Caixa dos Recursos Destinados aos Cartórios Extrajudiciais

O saldo da conta 78000-6 é registrado na fonte de recursos 1.862.999.000, cujos recursos decorrem do pagamento de custas pelas partes processuais e se destinam ao custeio das conduções do oficialato da justiça. Sendo, portanto, contabilizado como recursos de terceiros, na conta contábil 2.1.8.8.1.04.17.00-Depósitos de Custas de Condução Oficialato.

Todas as demais operações do FRJ são realizadas através da conta 35.000-1, inclusive as movimentações da Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

- **Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente**

A conta VPD pagas antecipadamente compreende pagamentos antecipados, em que os benefícios ou a prestação de serviço ocorrerão em períodos posteriores.

No Balanço Patrimonial do FRJ, além da subconta prêmios e seguros a apropriar, constam nessa conta assinaturas e anuidades a apropriar, na qual estão registrados os valores decorrentes de adiantamentos a fornecedores, cujo detalhamento está demonstrado no quadro 8.

ESPECIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	VALOR
Licença de software	AMM Tecnologia e Serviços de Informática S/A	35.833,20
Licença de software	AX4B Sistemas de Informatica Ltda	10.113,10
Licença de software	Brasoftware Informática Ltda	6.264.253,25
Licença de software	Lantyx Tecnologia e Publicidade Ltda	30.301,20
Licença de software	L3 Informática Ltda	2.000,01
Licença de software	Mpdata Tecnologia e Informática Ltda	13.750,00
Licença de software	PBI Informática Ltda	4.440.800,00
Licença de software	Pitang Consultoria e Sistemas	70.833,33
Licença de software	Rybena Tecnologias Assistivas Ltda	8.866,62
Licença de software	Tecnetworking Serviços e Soluções Ltda	133.111,10
Licença de software	Tecnetworking Serviços e Soluções Ltda	5.213,56
Licença de software	Tecnetworking Serviços e Soluções Ltda	12.311,04
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	4.042.477,08
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	40.149,53
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	3.153.696,00
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	565.566,50
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	153.807,50
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	51.300,00
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	515.196,48
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	597.068,48
Licença de software	VS Data Comércio e Distribuição Ltda	21.178,50
Licença de software	Software Com. Br. Tecnologia e Consultoria Ltda	3.366,90
Licença de software	Zoomtech Ltda	3.029.508,00
Manutenção de software	Hewlett-Packard Brasil Ltda	2.154.869,46
Manutenção de software	Projectino S.R.O.	13.944,50
Manutenção de software	Teltec Solutions Ltda	1.441.735,00
Manutenção de software	Teltec Solutions Ltda	468.493,06
Manutenção de software	Teltec Solutions Ltda	48.131,82
Renovação de Licença	3F Ltda	6.327,00
Renovação de Licença	Open Soluções Tributárias Ltda	6.392,00
Renovação de Licença	Virtual Automação Ltda	166.330,20
Assinaturas de informativos e jornais	Diversos Fornecedores	61.438,58
TOTAL		27.568.363,00

Quadro 8: Despesas Pagas com Assinaturas e Anuidades a Apropriar

Cabe destacar que, no momento da liquidação das despesas, os gastos são contabilizados como variações patrimoniais diminutivas e, posteriormente, após verificação da conformidade, é feita a transferência para o ativo circulante, mantendo-se como direitos a amortizar, de acordo com a competência da despesa e a verificação do cumprimento da obrigação pelo fornecedor.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante refere-se aos bens e direitos destinados à manutenção das atividades da entidade e que não se espera converter em dinheiro ou realizar no curto prazo, ou seja, após o término do exercício seguinte. Inclui investimentos permanentes, imobilizado (bens móveis e

imóveis utilizados nas operações), ativos intangíveis (como softwares e direitos), além de créditos de longo prazo.

- **Estoques**

Em razão da política contábil adotada pela Secretaria de Estado da Fazenda, os materiais e os bens adquiridos são automaticamente contabilizados no ativo imobilizado. Ademais, os bens obtidos com recursos do FRJ são repassados para o Tribunal de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 8.067/1990, que “os bens adquiridos pelo Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ serão incorporados, conforme a destinação, ao patrimônio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou do Poder Executivo estadual”.

Nesse sentido, como a política do Judiciário é manter estoques desses itens, o registro ocorre entre contas de estoques das unidades gestoras do FRJ e do TJ, e portanto, o saldo nas contas de estoques do FRJ é temporário.

- **Imobilizado**

O imobilizado é um item tangível, mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um exercício.

A conta de imobilizado do FRJ compreende os bens imóveis, definidos como “bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos”, cujos valores decorrem de edificações em construção, como demonstrado no quadro 9.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Obras em Andamento de Bens de Uso Especial/Dominicais	76.492.275,44
Estudos e Projetos	1.411.420,29
Instalações	8.959.034,52
TOTAL	86.862.730,25

Quadro 9: Detalhamento do Imobilizado

Em atendimento ao art. 6 da Lei nº 8.067/1990, após a conclusão das obras, as edificações são transferidas para a unidade gestora do Tribunal de Justiça.

O quadro 10 apresenta o detalhamento do imobilizado por unidade judiciária.

COMARCA/UNIDADE	VALOR	COMARCA/UNIDADE	VALOR
Abelardo Luz	7.692.746,63	Joaçaba	734.959,24
Almoxarifado	7.468,21	Joinville	868.698,58
Araquari	20.672.379,20	Laguna	1.084.745,67
Balneário Camboriú	82.054,89	Modelo	15.009,25
Balneário Camboriú - Vara Família	3.055.575,44	Mondaí	120.598,89
Biguaçu	653,14	Penha	135.840,18
Blumenau	6.142.529,44	Porto União	118.423,14
Brusque	280.219,96	Presidente Getúlio	1.237.017,60
Campo Erê	3.989.377,96	Rio Negrinho	314.110,77
Campos Novos	8.237.807,72	Santa Rosa do Sul	866.245,45
Capital - Eduardo Luz	91.980,49	São João Batista	78.770,42
Criciúma	102.792,83	São Lourenço do Oeste	19.642.964,38
Garopaba	222.219,47	Sombrio	396.689,74
Itá	14.878,35	Taió	1.599.270,56
Itajaí	97.668,13	Palácio da Justiça - Torres I, II	8.959.034,52
TOTAL			86.862.730,25

Quadro 10: Detalhamento do Imobilizado por Comarca

Cumpre informar a existência obras em andamento com termo de recebimento definitivo, mas que, ainda, não foram contabilizadas como edificações, haja vista não terem sido regularizadas nos órgãos oficiais e no patrimônio do Tribunal. Isso ocorre, principalmente, porque a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) solicita o empenhamento dos gastos globais da edificação como obra de construção civil, ou seja, esses empenhos incluem também instalações e mobiliário. Somente após o recebimento definitivo da edificação, é instaurado processo administrativo para que a DEA informe os valores de cada tipo de bem, a fim de viabilizar o registro patrimonial e contábil.

- **Intangível**

É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. No intangível, são registrados os softwares adquiridos e desenvolvidos que, ao final de cada mês, são transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça.

Passivo

O passivo representa as obrigações da entidade perante terceiros, decorrentes de fatos passados, que exigirão a entrega de recursos financeiros ou bens para sua liquidação. Ele reflete compromissos assumidos, como dívidas, fornecedores, encargos trabalhistas, tributos a recolher e outras responsabilidades legais ou contratuais.

Passivo Circulante

O passivo circulante compreende as obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte, como restos a pagar, salários, contribuições e dívidas de curto prazo.

- **Transferências Fiscais a Curto Prazo**

As transferências fiscais a curto prazo abrangem os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou a serem repassados para execução orçamentária. Nessa conta do FRJ, estão registradas as obrigações decorrentes da arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais a serem repassadas a outros órgãos, conforme determina a Lei Complementar nº 807/2022.

O quadro 11 apresenta a especificação da destinação desses recursos.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Ministério Público (FERMP)	9.214.672,17
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	7.991.826,10
TOTAL	17.206.498,27

Quadro 11: Detalhamento das obrigações a curto prazo

- **Valores Restituíveis**

Os valores restituíveis representam os recursos de terceiros, que deverão ser devolvidos a qualquer tempo, sendo, desta forma, registrados no grupo de contas de curto prazo. O quadro 12 apresenta a composição dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Custas de Condução do Oficialato	67.087.189,53	55.978.378,94
Multa Penal FUNAD	740.543,25	633.298,20
Multa Penal FUNAD	-	-
Multa Penal FUNPEN	33.208,53	11.265,42
Pagamentos Rejeitados pelo Banco	234.642,20	256.801,80
Devolução de Arrecadação de Taxas	2.381,55	-
Depósitos de Terceiros SAI/EPROC	855.899,04	69.238,86
Depósitos Diversos	109.682,13	153.460,17
Contribuição ao RGPS	869.407,42	784.791,02
TOTAL	69.932.953,65	57.887.234,41

Quadro 12: Valores Restituíveis

Da análise do quadro 12, verifica-se que a conta referente às custas de condução do oficialato da justiça apresenta o maior saldo. Nesse sentido, necessário esclarecer que os recursos permanecem nessa conta até o cumprimento do mandado judicial, momento em que a unidade judiciária emite um aviso de pagamento e o valor é transferido para o oficial de justiça.

Ainda, integram a conta valores restituíveis, os recursos oriundos da arrecadação de multas penais, que são destinados mensalmente ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), e as contribuições ao RGPS sobre os salários de dezembro/2025.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante diz respeito aos compromissos com vencimento após o exercício seguinte, incluindo dívidas de longo prazo, provisões e obrigações contratuais. Contudo, salienta-se que o FRJ não possui obrigações de longo prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido refere-se à diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações. Esse grupo de contas apresenta os resultados acumulados, decorrentes de superávits ou déficits do exercício atual e anteriores, além de ajustes de exercícios anteriores.

Durante 2025 ocorreram registros de ajustes no valor de R\$ 193.077,50, referente a apropriação de despesas de licença de softwares pagas antecipadamente.

O superávit do período foi de R\$ 425.586.865,86 e os resultados acumulados atingiram R\$ 1.370.475.578,39, evidenciando um acréscimo de 3% em relação ao exercício anterior.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, por meio do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e as diminutivas (VPD).

O resultado patrimonial permite mensurar quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

No quadro 13, apresenta-se a DVP referente aos dois últimos exercícios.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.431.062.043,65	1.303.294.270,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	957.374.457,82	879.810.839,06
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	24.013.229,41	3.598.146,14
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	178.147.914,76	124.202.244,13
Transferências Intragovernamentais Recebidas	240.007.142,55	220.327.501,61
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.117.364,23	36.311.996,46
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas (Dív. Ativa)	17.442.078,01	18.556.182,94
Multas Administrativas	2.936.243,25	2.244.514,05
Indenizações e Restituições	6.013.305,29	18.242.846,10
Variações Patrim. Aumentativas Fatos Geradores Diversos	10.308,33	-
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.390.201.653,70	1.092.558.354,03
Pessoal e Encargos	190.651.037,71	99.902.482,27
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	448.609.573,27	368.062.894,69
Juros e Encargos de Mora	428,70	-
Transferências Intragovernamentais Concedidas	435.074.111,58	393.668.691,84
Outras Transferências Concedidas	185.891.433,25	86.893.957,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.784.378,29	53.504.555,23
Despesas Tributárias	19.371.128,54	16.825.259,86
Premiações	354,00	275,00
Variações Patrim. Diminutivas de Fatos Geradores Diversos	85.819.208,36	73.700.237,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	40.860.389,95	210.735.916,46

Quadro 13: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP permite analisar as políticas adotadas pela instituição, a fim de identificar se as alterações no patrimônio público estão em consonância ao atendimento das demandas da sociedade.

Nesse passo, verifica-se que o maior investimento dos recursos ocorre em bens, serviços e consumo de materiais, despesas que se mostram alinhadas à atividade essencial do FRJ, qual seja, o reaparelhamento da justiça.

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As variações patrimoniais aumentativas (VPA) correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, em razão da arrecadação da receita. As VPA têm origem nas contas de classe 4, cujas especificações são detalhadas no balancete de verificação.

Considerando-se o exercício anterior, verifica-se um aumento de 10% nas VPA. As variações tributárias são as mais expressivas, respondendo por 67% das VPA totais. O detalhamento está demonstrado no quadro 14.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Emolumentos e Custas Judiciais	484.650.692,64	420.740.141,22
Taxa Extrajudicial	289.513.773,40	250.548.930,91
Taxa Extrajudicial Destinada a Atos e Serviços Notariais	105.631.080,72	91.426.149,48
Taxa de Serviços Extrajudiciais Vagos	77.578.911,06	117.095.617,45
TOTAL	957.374.457,82	879.810.839,06

Quadro 14: Detalhamento das VPA Tributárias

Necessário destacar que a Lei Complementar nº 807/2022, em seu artigo 15, prevê que a receita do FRJ originária dos atos e serviços notariais e registrais seja destinada conforme demonstrado no quadro 15.

ESPECIFICAÇÃO	Perc. Repartição
Fundo Penitenciário de Santa Catarina - FUPESC	24,42%
Fundo de Modernização e Reap. do Min. Público - FERMP	4,88%
Atos Notariais	26,73%
Assistência Judiciária Gratuita - AJG	24,42%
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	19,55%
TOTAL	100,00%

Quadro 15: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

O gráfico 2, por sua vez, evidencia os valores da repartição da receita do FRJ referente à taxa de serviços extrajudiciais, arrecadada no exercício de 2025, de acordo com os percentuais mencionados acima.

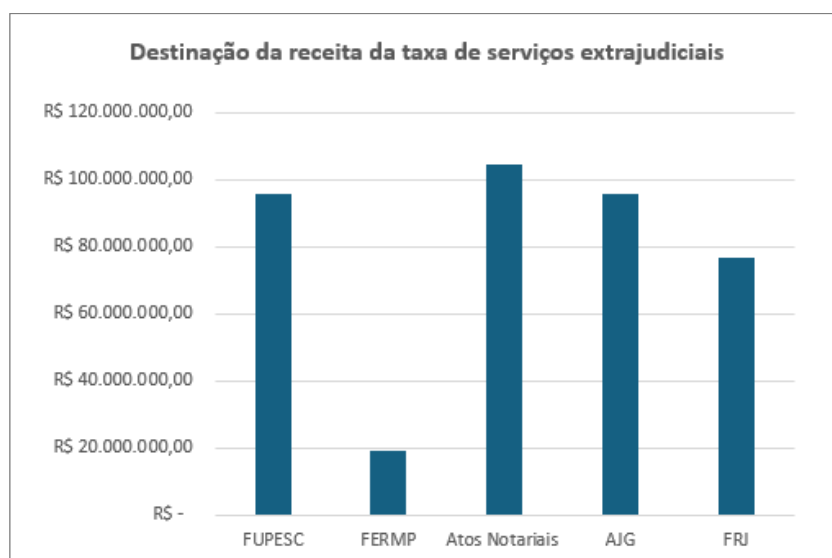


Gráfico 2: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

Destaca-se que, a parcela destinada a honorários advocatícios e periciais da Assistência Judiciária Gratuita (AJG) representa o limite máximo de gastos, não ocorrendo o registro individualizado da receita para essa finalidade.

Além da participação na taxa do FRJ, são destinados ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP) 20% da receita líquida da taxa de serviços judiciais, de acordo com o previsto na Lei nº 17.654/2018. Em 2025, o montante representou um valor de R\$ 95.295.356,02.

O gráfico 3 apresenta a arrecadação das custas judiciais, que são decorrentes do pagamento de taxas vinculadas à prática de atos judiciais. Verifica-se que houve um aumento de 14% em sua arrecadação, quando comparado ao exercício anterior.

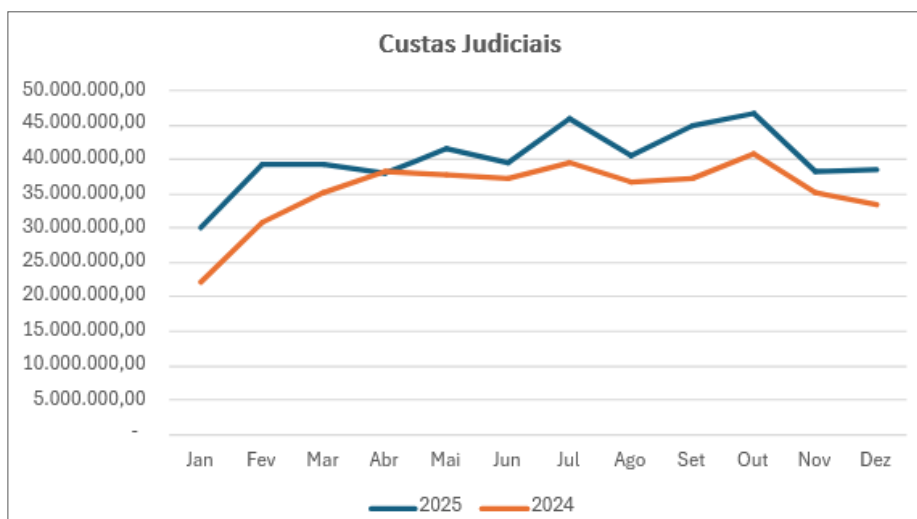


Gráfico 3: Arrecadação de Custas Judiciais

No tocante à arrecadação das custas extrajudiciais, da análise do gráfico 4, depreende-se que, no exercício de 2025, as receitas com a taxa do FRJ foram 16% superior em comparação ao ano de 2024.

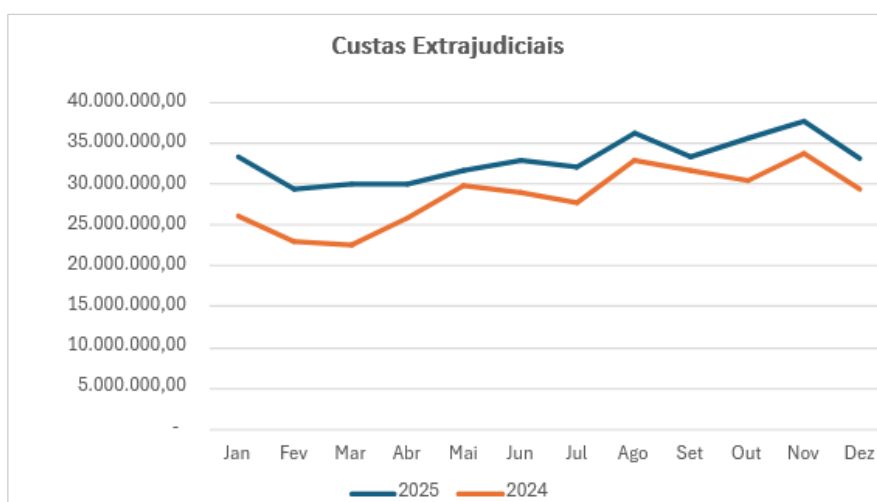


Gráfico 4: Arrecadação Custas Extrajudiciais

As custas extrajudiciais destinadas aos atos e serviços notariais, por sua vez, aumentaram 15% em relação a 2024. Essa receita equivale a um percentual de 26,73% da taxa de serviços extrajudiciais e estão evidenciadas no gráfico 5. Essa parcela da arrecadação destina-se a custear os atos isentos ou gratuitos, o pagamento de renda mínima e os gastos com pessoal.

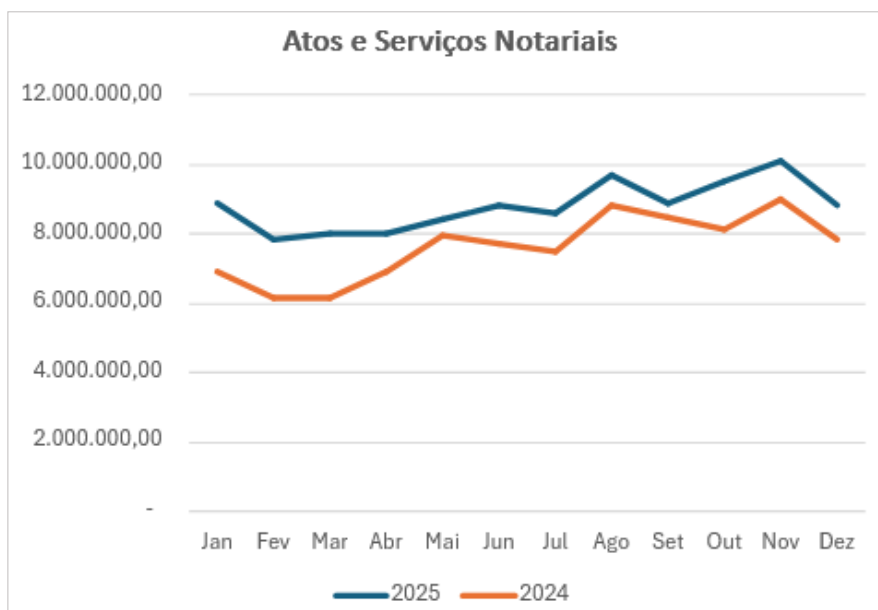


Gráfico 5: Arrecadação Destinada a Atos e Serviços Notariais

Na existência de serventias vagas, com fulcro na Lei Federal nº 8.935/1994 e na Resolução nº 81/2009, quando ocorre a ausência de titulares de cartórios extrajudiciais, o Poder Judiciário nomeia interinamente oficiais para responderem por tais serviços. Nessa situação, o resultado líquido das serventias é revertido ao Fundo de Reparelhamento da Justiça.

O gráfico 6 demonstra a renda líquida de serviços extrajudiciais vagos, nos últimos dois exercícios, em que se observa uma queda na arrecadação decorrente da substituição dos oficiais interinos por titulares concursados.

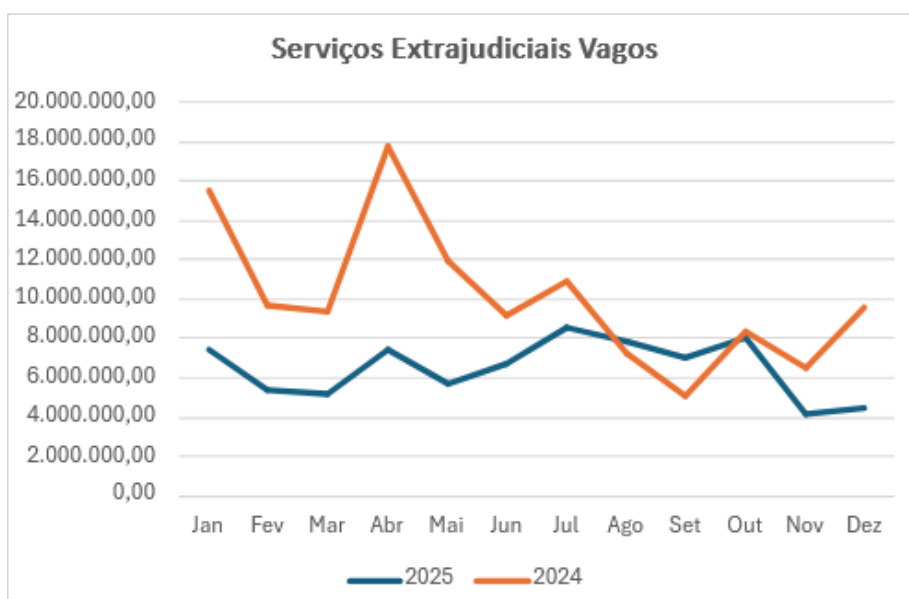


Gráfico 6: Arrecadação de Serviços Extrajudiciais Vagos

Ainda quanto à VPA, destaca-se a conta exploração de bens e direitos e prestação de serviços, que se refere à arrecadação de receitas diversas, entre elas receitas com postais,

publicações, tarifas bancárias, entre outras, e quem em 2025 apresentou um aumento de 567% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 24.013.229,41.

A conta remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras também acusou um aumento no exercício corrente, que representa 43% em comparação a 2024. Nessa conta, são registrados os rendimentos de aplicações no Fundo Atlas TJSC FIF RF e no Fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Fic Fi.

Já os ganhos com a incorporação de ativos decorrem da inscrição da dívida ativa tributária e não tributária. Importante mencionar que a inscrição e a arrecadação são realizadas por meio do Sistema de Arrecadação Tributária do Estado de Santa Catarina (SAT).

A conta indenizações e restituições, por sua vez, sofreu um decréscimo de 67% no ano de 2025 quando comparado a 2024. Isso se deve a diminuição de valores relativos à recuperação de despesas de exercícios anteriores e a outros ressarcimentos, especialmente aquele realizado pelo Ministério Público de Santa Catarina, decorrente das despesas comuns contratadas por este Poder Judiciário, nos termos do Convênio nº 226/2008.

Por fim, a conta VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, trata de valores permutativos, os quais correspondem ao provisionamento para repasse da receita ao FERMP e ao FUPESC, ao reconhecimento de receitas diversas e a devoluções da dívida ativa.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As variações patrimoniais diminutivas (VPD) representam reduções na situação patrimonial líquida da entidade, ou seja, são despesas patrimoniais. As VPD têm origem nas contas de classe 3, apresentadas detalhadamente no balancete de verificação.

As VPD, descritas por natureza, estão demonstradas no quadro 16.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Pessoal e Encargos	190.651.037,71	99.902.482,27
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	448.609.573,27	368.062.894,69
Juros e Encargos de Mora	428,70	-
Transferências Intragovernamentais Concedidas	435.074.111,58	393.668.691,84
Outras Transferências Concedidas	185.891.433,25	86.893.957,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.784.378,29	53.504.555,23
Despesas Tributárias	19.371.128,54	16.825.259,86
Premiações	354,00	275,00
Variações Patrim. Diminutivas de Fatos Geradores Diversos	85.819.208,36	73.700.237,40
TOTAL	1.390.201.653,70	1.092.558.354,03

Quadro 16: Variações Patrimoniais Diminutivas

O gráfico 7 apresenta as variações patrimoniais diminutivas por natureza do gasto.

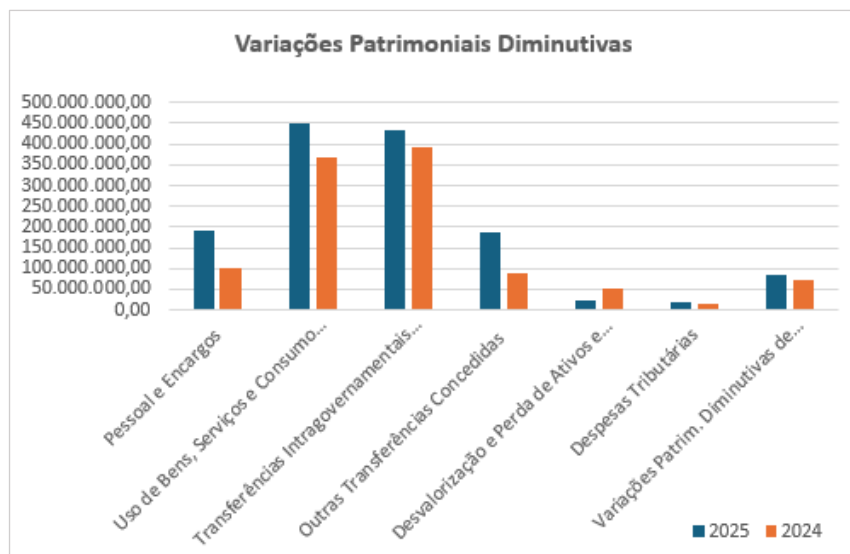


Gráfico 7: Especificação das VPD

As variações patrimoniais diminutivas aumentaram 27% em relação ao exercício anterior. As VPD com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo representam 32% do total e que ultrapassam R\$ 448 milhões. Isso representa um acréscimo de 22% no exercício de 2025.

As transferências intragovernamentais concedidas também representam um importante percentual das despesas na DVP e aparecem como a segunda mais expressiva, respondendo por 31% do total. Nessa conta, encontram-se os repasses de recursos orçamentários entre unidades do orçamento público do estado, conforme determinação legal.

O quadro 17 apresenta o detalhamento dessas transferências.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário - FUPESC	94.622.576,94	81.542.807,42
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário - FERMP	113.142.377,25	98.241.536,56
Repasso Concedido	11.740.701,23	10.005.057,42
Arrecadação Financeira - SAT	1.529.897,64	1.921.965,80
Movimento de Fundos a Créditos - Próprios	214.038.558,52	200.748.725,37
Correspondência de Créditos - Repasses/OB Extra	-	1.208.599,27
TOTAL	435.074.111,58	393.668.691,84

Quadro 17: Transferências Intragovernamentais

Ademais, verifica-se um aumento de gastos com pessoal e encargos, que se deve à mudança de procedimento de empenhamento de encargos patronais, o qual, ao final de 2024, passou a ser realizado parcialmente com recursos do orçamento do FRJ. Assim, essa conta apresentou um acréscimo significativo no exercício de 2025, com 91% de aumento em comparação a 2024. Contudo, essa despesa representa 14% do total das VPDs.

A conta outras transferências concedidas refere-se à transferência de bens de estoque, de bens imóveis e de bens intangíveis para a unidade gestora do Tribunal de Justiça, conforme preconiza a Lei nº 8.067/1990. Essa conta apresentou um aumento de 114% em 2025 quando

comparada ao exercício anterior. Isso se deve a um acréscimo na conta transferências concedidas de bens imóveis que alcançou R\$ 100.197.750,94.

Por outro lado, a conta desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos apresentou uma queda de 54% no exercício de 2025, em confronto ao valor final de 2024, o que implica em uma diferença de R\$ 28.720.176,94 de um ano para o outro. Na conta desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos foram registrados ajustes para perdas de dívida ativa tributária e não tributária.

Já a conta diversas variações patrimoniais diminutivas apresentou um acréscimo de 16,4% em 2025, em confronto com o exercício anterior. O quadro 18 apresenta o detalhamento dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Ajuda de Custo	16.524.303,30	14.368.405,62
Restituição por Assistência Médica e Odontológica	326.158,07	211.719,31
Outras Indenizações	45.242,22	214.042,61
Outras Restituições	68.770.510,59	58.792.799,27
Baixa de dívida ativa pelo recebimento	152.994,18	113.270,59
TOTAL	85.819.208,36	73.700.237,40

Quadro 18: Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Salienta-se que as contas outras indenizações e outras restituições englobam ressarcimentos de atos isentos a cartório privados, restituição de honorários periciais, restituição de valores retidos e recolhidos a maior, devolução de multas contratuais e indenizações diversas.

Destaca-se, ainda, que a conta ajuda de custo refere-se ao pagamento de renda mínima, aos titulares de cartório extrajudicial, realizado mensalmente, para custear despesas com aluguéis, pessoal e outros gastos operacionais. O programa Renda Mínima foi criado por meio da Lei Complementar estadual nº 806/2022 e atende mais de 100 serventias, assegurando a prestação de serviços de qualidade à população catarinense, especialmente em áreas remotas do Estado.

O quadro 19 apresenta os gastos da subação 6786, destinada a garantir a prestação de serviços oficiais de atos e serviços notariais, e da subação 14061 que se refere à fiscalização dos cartórios extrajudiciais no tocante à gestão da folha de pagamento.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Gastos com pessoal - salários, encargos sociais e auxílios	11.106.460,30	8.585.291,90
Diárias	608.630,15	306.924,03
Ajuda de Custo	16.524.303,30	14.368.405,62
Restituição	65.193.847,15	55.085.097,28
Ressarcimento ref. selos devolvidos	141.341,03	2.641.258,53
Indenizações serv. extrajudiciais vagos	45.242,22	214.042,61
TOTAL	93.619.824,15	81.201.019,97

Quadro 19: Gastos referentes a atos e serviços notariais – cartórios extrajudiciais

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O principal objetivo do BF é evidenciar as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício.

O quadro 20 apresenta este demonstrativo referente aos dois últimos exercícios, de modo que os resultados podem ser confirmados com a conta caixa e equivalentes de caixa apresentada no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
INGRESSOS		
Receita Orçamentária (I)	1.166.591.628,08	1.029.781.883,36
Ordinária	32.931.708,00	24.898.192,07
Vinculada	1.133.659.920,08	1.004.883.691,29
Demais Vinculações Legais	1.132.696.621,54	-
Outras Vinculações de Recursos	963.298,54	1.004.883.691,29
Transferências Financeiras Recebidas (II)	32.242.188,36	40.543.157,63
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	26.588.721,24	19.307.322,20
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	5.653.467,12	21.235.835,43
Recebimentos Extraorçamentários (III)	763.683.120,52	1.188.876.326,23
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	70.333.996,71	61.266.557,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	71.056,04	1.693.510,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	693.278.067,77	1.125.916.257,83
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
Caixa e Equivalente de Caixa	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	3.222.643.094,41	3.330.585.572,13
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)	938.441.030,41	718.032.003,76
Ordinária	32.999.342,80	27.308.103,50
Vinculada	905.441.687,61	690.723.900,26
Outras Vinculações de Recursos		690.723.900,26
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	225.159.122,54	211.025.236,83
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	219.505.655,42	189.789.401,40
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	5.653.467,12	21.235.835,43
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	718.242.373,93	1.141.402.174,09
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	35.316.514,71	24.857.011,99
Pagamento de Restos a Pagar Processados	1.693.510,69	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	681.232.348,53	1.116.545.162,10
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.340.800.567,53	1.260.126.157,45
Caixa e Equivalente de Caixa	1.340.800.567,53	1.260.126.157,45
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	3.222.643.094,41	3.330.585.572,13

Quadro 20: Balanço Financeiro

Ingressos

Os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

As receitas ordinárias são classificadas como não vinculadas, ou seja, são livres da alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, podendo atender quaisquer finalidades, conforme se apresenta no quadro 21.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1911.01.0.3.96 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	5.258,67
1911.01.0.4.96 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	6.486,82
1911.08.0.1.03 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	201.228,50
1911.09.0.1.02 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	2.735.014,75
1922.06.3.1.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	15.547,27
1922.06.3.3.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	8.609,35
1922.06.3.4.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	7.377,14
1999.99.2.1.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	24.013.229,41
1999.99.2.3.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	253.161,04
1999.99.2.4.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	216.471,24
7923.99.0.1.73 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	5.469.323,81
TOTAL		32.931.708,00

Quadro 21: Receitas Orçamentárias Não Vinculadas

As receitas orçamentárias vinculadas, por sua vez, são caracterizadas por possuírem destinação específica determinada em lei. Assim, os recursos públicos devem ser aplicados em áreas e finalidades pré-definidas.

No exercício anterior, as receitas destinadas ao Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) eram arrecadadas na Fonte de Recurso 1.7.60219025. Contudo em 2025, essas receitas passaram a ser arrecadadas em Fonte de Recurso específica, qual seja, 1.7.60219085.

As receitas orçamentárias vinculadas recebidas no exercício de 2025, detalhadas por Fonte de Recursos, estão discriminadas no quadro 22.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1121.01.0.1.12 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	120,01
1122.01.0.1.14 1.7.53.219015	Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	77.578.911,06
1122.50.0.1.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	480.453.827,04
1122.50.0.3.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	457.418,13
1122.50.0.4.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	391.693,83
1122.51.0.1.04 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	193.164.239,94
1122.51.0.1.04 1.7.60.219085	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - AJG	96.349.533,46
1122.51.0.1.05 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	105.630.960,71
1321.01.0.1.57 1.7.60.282062	Recursos de Emolumentos - Remuneração de Disp. Bancária	178.147.914,76
1911.01.0.3.07 1.7.59.269000	Outras Vinculações Legais - Outros recursos	12.780,65
1911.01.0.4.07 1.7.59.269000	Outras Vinculações Legais - Outros recursos	6.703,64
1922.06.3.1.35 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	205.632,29
1922.06.3.1.39 1.7.60.219085	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - AJG	296.886,02
1931.05.0.1.02 1.8.99.269000	Outros Recursos Vinculados - Outros Recursos	963.298,54
TOTAL		1.133.659.920,08

Quadro 22: Receitas Orçamentárias Vinculadas

As transferências recebidas para execução orçamentária decorrem de repasses oriundos do Tesouro do Estado para custear os honorários de peritos, tradutores, intérpretes e defensores dativos do Sistema de AJG e totalizam R\$ 26.588.721,24.

As transferências recebidas independentes da execução orçamentária se referem a atos permutativos, não representando efetivo desembolso. Os depósitos restituíveis e valores vinculados incluem, sobretudo, o registro temporário da arrecadação das receitas tributárias, das conduções do oficialato da justiça e da reversão de ajustes para perdas da dívida ativa.

Dispêndios

Os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade são designados despesa orçamentária pública. No BF, essas despesas estão totalizadas pelo montante empenhado no exercício, do qual, aproximadamente, R\$ 70,5 milhões foram inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.

O quadro 23 evidencia o detalhamento das transferências concedidas para execução orçamentária.

ÓRGÃOS DESTINATÁRIOS	2025	2024
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP)	113.142.377,25	98.241.536,56
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	94.622.576,94	81.542.807,42
Tesouro do Estado de Santa Catarina/PASEP	11.513.217,43	10.005.057,42
Descentralização de crédito referente ao Acordo de Cooperação nº 112/2024	217.666,65	-
Regularização de AJG	9.817,15	-
TOTAL	219.505.655,42	189.789.401,40

Quadro 23: Transferências Concedidas para Execução Orçamentária

Os pagamentos extraorçamentários se referem à execução de restos a pagar inscritos no exercício anterior e pagos em 2025. A contas depósitos restituíveis e valores vinculados, por sua vez, compreende pagamento de retenções tributárias, devolução de recursos de terceiros, transferência de valores arrecadados para as contas de receita orçamentária, inicialmente contabilizados em contas extraorçamentárias, e pagamentos de custas de condução do oficialato.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele apresentará a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É composto pelo quadro principal, que apresenta as receitas orçamentárias, contabilizadas pelo regime de caixa, e as despesas orçamentárias, registradas pelo regime de competência, pelo quadro da execução de restos a pagar não processados e pelo quadro da execução de restos a pagar processados.

Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas estão demonstradas no quadro 24.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	921.382.258,00	921.382.258,00	1.166.591.628,08	245.209.370,08
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	778.243.564,00	778.243.564,00	954.026.704,18	175.783.140,18
RECEITA PATRIMONIAL	136.719.489,00	136.719.489,00	178.147.914,76	41.428.425,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.419.205,00	6.419.205,00	34.417.009,14	27.997.804,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	921.382.258,00	921.382.258,00	1.166.591.628,08	245.209.370,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	921.382.258,00	921.382.258,00	1.166.591.628,08	245.209.370,08
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	921.382.258,00	921.382.258,00	1.166.591.628,08	245.209.370,08
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		520.259.304,50	281.589.944,82	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro		520.259.304,50	281.589.944,82	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Quadro 24: Receitas Orçamentárias

A principal receita corrente é a tributária, cujos ingressos são provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Já a receita patrimonial decorre, principalmente, da remuneração de aplicações financeiras e as outras receitas correntes são oriundas da arrecadação de multas contratuais e outros valores administrativos.

Observa-se que a receita orçamentária arrecadada foi superior à prevista em 27%. No exercício anterior, o excedente foi de 35%. Já as receitas tributárias superaram as previstas em 23% e a receita patrimonial superou a previsão em 30%. A arrecadação de outras receitas correntes, que engloba recuperação de despesa de exercícios anteriores, multas administrativas e receitas diversas, superou a previsão inicial em 436%, totalizando R\$ 34.417.009,14. Isso se deve especialmente pelo expressivo aumento de arrecadação de receitas diversas, no exercício de 2025.

Despesas Orçamentárias

O Balanço orçamentário apresenta o quadro das despesas orçamentárias individualizadas em correntes e de capital, conforme se demonstra no quadro 25.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES	559.326.160,00	1.064.654.600,60	787.081.723,53	737.930.888,61	737.859.832,57	277.572.877,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.491.636,00	362.937.289,71	177.290.499,10	177.290.499,10	177.219.443,06	185.646.790,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	550.834.524,00	701.717.310,89	609.791.224,43	560.640.389,51	560.640.389,51	91.926.086,46
DESPESAS DE CAPITAL	173.771.732,00	183.685.206,32	151.359.306,88	130.176.145,09	130.176.145,09	32.325.899,44
INVESTIMENTOS	173.771.732,00	183.685.206,32	151.359.306,88	130.176.145,09	130.176.145,09	32.325.899,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
DESPESAS TOTAIS	733.097.892,00	1.248.339.806,92	938.441.030,41	868.107.033,70	868.035.977,66	309.898.776,51
SUPERAVIT	-	-	228.150.597,67	-	-	-
TOTAL	733.097.892,00	1.248.339.806,92	1.166.591.628,08	868.107.033,70	868.035.977,66	309.898.776,51

Quadro 25: Despesas Orçamentárias

A dotação inicial foi atualizada em 70% com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos não utilizados totalizaram aproximadamente 310 milhões de reais, equivalentes a 25% da dotação atualizada.

A despesa empenhada foi superior à liquidada em 8%, restando R\$ 71.056,04 inscritos em restos a pagar processados e 70 milhões inscritos em restos a pagar não processados, cujo prazo para liquidação encerra em 26 de fevereiro de 2026, sendo automaticamente cancelados após esse prazo.

A execução orçamentária evidencia a movimentação dos créditos orçamentários e adicionais do período, possibilitando acompanhamento e controle das despesas, em valores e em percentuais, por grupo de natureza da despesa.

O quadro 26 apresenta a execução orçamentária das despesas até dezembro de 2025.

GRUPO DE NATUREZA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	PERC.	LIQUIDADO	PAGO	PERC.
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	362.937.289,71	177.290.499,10	48,85%	177.290.499,10	177.219.443,06	99,96%
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	701.717.310,89	609.791.224,43	86,90%	560.640.389,51	560.640.389,51	100,00%
4 DESPESAS DE CAPITAL	183.685.206,32	151.359.306,88	82,40%	130.176.145,09	130.176.145,09	100,00%
TOTAL	1.248.339.806,92	938.441.030,41	75,18%	868.107.033,70	868.035.977,66	99,99%

Quadro 26: Demonstrativo da Execução das Despesas Orçamentárias

A execução dos restos a pagar não processados (RPNP) está demonstrada no quadro 27. Verificou-se que, do total de RPNP, 57,6% foram liquidados e pagos e o restante (42,4%), cancelados. Referente às despesas correntes, foram cancelados 33,6%, enquanto das despesas de capital, 58,3%. Destaca-se que, esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2026.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024				
DESPESAS CORRENTES	-	39.671.676,87	26.320.028,09	26.320.028,09	13.351.648,78	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	39.671.676,87	26.320.028,09	26.320.028,09	13.351.648,78	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	21.594.880,84	8.996.486,62	8.996.486,62	12.598.394,22	-
INVESTIMENTOS	-	21.594.880,84	8.996.486,62	8.996.486,62	12.598.394,22	-
TOTAL	-	61.266.557,71	35.316.514,71	35.316.514,71	25.950.043,00	-

Quadro 27: Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados

Quanto à execução dos restos a pagar processados, o quadro 28 aponta que se tratava apenas de despesas correntes que foram pagas em sua totalidade.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			
DESPESAS CORRENTES	-	1.693.510,69	1.693.510,69	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	151.031,08	151.031,08	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.542.479,61	1.542.479,61	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.693.510,69	1.693.510,69	-	-

Quadro 28: Demonstrativo de Restos a Pagar Processados

No quadro 29, demonstra-se o resultado orçamentário do exercício, onde são consideradas as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

RECEITAS			DESPESAS			
DESCRIÇÃO	VALOR	PERC.	DESCRIÇÃO	VALOR	PERC.	
RECEITAS CORRENTES	1.166.591.628,08	100%	DESPESAS CORRENTES	787.081.723,53	67%	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	954.026.704,18	82%	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.290.499,10	15%	
RECEITA PATRIMONIAL	178.147.914,76	15%	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.791.224,43	52%	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.417.009,14	3%	DESPESAS DE CAPITAL	151.359.306,88	13%	
			INVESTIMENTOS	151.359.306,88	13%	
	SUBTOTAL	1.166.591.628,08	100%	SUBTOTAL	938.441.030,41	80%
	DÉFICIT	-	0%	SUPERÁVIT	228.150.597,67	20%
TOTAL	1.166.591.628,08	100%	TOTAL	1.166.591.628,08	100%	

Quadro 29: Resultado Orçamentário

Verifica-se que o resultado é superavitário, correspondendo a 20% do total. As receitas tributárias, provenientes das taxas de serviços judiciais e extrajudiciais, respondem por 82% da arrecadação e as despesas mais relevantes são as outras despesas correntes, equivalentes a 52% das despesas totais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa em três atividades: operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliarem como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

As entradas e saídas de caixa estão relacionadas à execução orçamentária do próprio órgão e às movimentações relativas a transferências intraorçamentárias, que resulta na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

A geração de caixa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto equivalentes de caixa diz respeito às aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que não oferecem riscos.

A DFC é composta pelos quadros principal, de transferências recebidas e concedidas, de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e de juros e encargos da dívida.

O quadro principal da Demonstração dos Fluxos de Caixa está evidenciado no quadro 30.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	1.198.833.816,44	1.070.325.040,99
Receita Tributária	954.026.704,18	880.608.850,45
Remuneração das Disponibilidades	178.147.914,76	124.202.244,13
Outras Receitas Derivadas e Originárias	34.417.009,14	24.970.788,78
Outros ingressos operacionais	32.242.188,36	40.543.157,63
Desembolsos	990.947.877,49	779.868.018,24
Pessoal e demais despesas	603.644.784,87	488.779.424,78
Transferências concedidas	162.143.970,08	80.063.356,63
Outros desembolsos operacionais	225.159.122,54	211.025.236,83
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	207.885.938,95	290.457.022,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Desembolsos	139.172.631,71	110.301.486,14
Aquisição de ativo não circulante	135.198.138,71	101.999.316,63
Outros desembolsos de investimentos	3.974.493,00	8.302.169,51
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(139.172.631,71)	(110.301.486,14)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	68.713.307,24	180.155.536,61
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.203.023.714,06	1.022.868.177,45
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.271.737.021,30	1.203.023.714,06

Quadro 30: Demonstração dos Fluxos de Caixa

Verifica-se na DFC que o ingresso de recursos foi superior ao desembolso, resultando em uma geração líquida de caixa de 68,7 milhões de reais. No exercício anterior, essa geração atingiu 180,1 milhões de reais. Ao se analisar os fluxos das atividades operacionais, observa-se um acréscimo de 12% nos ingressos, enquanto o incremento nos desembolsos foi de 27%. O desembolso das atividades de investimento também se elevou em 26,2%. Portanto, o aumento dos desembolsos em relação ao aumento dos ingressos resultou em queda significativa da capacidade de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

No exercício anterior, o incremento no caixa foi de 17,6% e, em 2025, de 5,7%. Contudo, por se tratar de recursos públicos, que devem ser utilizados de forma a gerar benefícios à sociedade, observa-se que o montante líquido em caixa e equivalentes de caixa supera um bilhão de reais.

O quadro 31 demonstra somente as transferências concedidas, haja vista que a DFC apresenta saldo zero para as transferências recebidas.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Intergovernamentais	162.143.970,08	80.063.356,63
Outras transferências concedidas	-	-
TOTAL	162.143.970,08	80.063.356,63

Quadro 31: Demonstrativo das Transferências Concedidas

No quadro 32 estão especificadas as despesas de pessoal e demais despesas, individualizadas por função.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Judiciária	479.068.736,14	392.917.533,59
Essencial à Justiça	124.576.048,73	95.861.891,19
TOTAL	603.644.784,87	488.779.424,78

Quadro 32: Demonstrativo de Desembolsos de Pessoal e demais Despesas por Função

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa e a conciliação dos valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa com os respectivos itens do Balanço Patrimonial estão demonstrados no quadro 33.

DOMICÍLIO BANCÁRIO	FONTE DE RECURSOS	BP	DFC	REC. TERCEIROS
001 035823 0000350001	1.501.269.000	29.480.590,48	29.480.590,48	-
001 035823 0000350001	1.753.219.015	77.578.911,06	77.578.911,06	-
001 035823 0000350001	1.759.269.000	19.484,29	19.484,29	-
001 035823 0000350001	1.760.212.000	20.907.817,85	20.907.817,85	-
001 035823 0000350001	1.760.219.025	187.356.195,88	187.356.195,88	-
001 035823 0000350001	1.760.219.085	2.336.723,26	2.336.723,26	-
001 035823 0000350001	1.760.282.062	73.410.731,33	73.410.731,33	-
001 035823 0000350001	2.500.100.000	766.126,88	766.126,88	-
001 035823 0000350001	2.501.101.000	2.309,33	2.309,33	-
001 035823 0000350001	2.501.180.000	618.349,97	618.349,97	-
001 035823 0000350001	2.501.269.000	21.115.055,14	21.115.055,14	-
001 035823 0000350001	2.753.219.015	217.004.005,07	217.004.005,07	-
001 035823 0000350001	2.759.269.000	133.051.871,98	133.051.871,98	-
001 035823 0000350001	2.760.212.000	3.364.831,88	3.364.831,88	-
001 035823 0000350001	2.760.219.025	231.146.935,46	231.146.935,46	-
001 035823 0000350001	2.760.219.085	7,42	7,42	-
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	135.284.957,05	-
001 035823 0000350001	2.760.282.062	137.327.101,07	137.327.101,07	-
001 035823 0000350001	2.760.282.063	7,85	7,85	-
001 035823 0000350001	2.799.269.000	1.709,51	1.709,51	-
001 035823 0000350001	1.899.269.000	963.298,54	963.298,54	-
001 035823 0000350001	1.862.999.000	1.822.999,73	-	1.822.999,73
001 035823 0000350001	1.869.999.000	153.356,97	-	153.356,97
001 035823 0000780006	1.862.999.000	67.087.189,53	-	67.087.189,53
TOTAL		1.340.800.567,53	1.271.737.021,30	69.063.546,23

Quadro 33: Demonstrativo de Conciliação dos Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta por depósitos de recursos próprios e temporários de terceiros que serão convertidos em receita, realizados na conta corrente 35000-1, e depósitos para o pagamento de conduções do oficialato da justiça, na conta 78000-6, do Banco do Brasil.

Os valores da conta caixa e equivalentes de caixa são aplicados no mercado financeiro, conforme se evidencia no quadro 34.

CONTA	BB Atlas FIF RF	BB RF CP Diferenciad	TOTAL
001 035823 0000350001	1.273.457.494,82	250.469,68	1.273.707.964,50
001 035823 0000780006	-	67.087.189,53	67.087.189,53
TOTAL	1.273.457.494,82	67.337.659,21	1.340.795.154,03

Quadro 34: Demonstrativo de Investimentos dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo investido no BB Atlas TJSC Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Responsabilidade Limitada era de aproximadamente 1,28 bilhões de reais. Esse fundo possui classe única de cotas, com taxa de global incidente sobre o patrimônio líquido de 0,12% a.a., sendo composta da seguinte forma: taxa de administração (0,0128% a.a.), taxa de gestão (0,0298% a.a.) e taxa máxima de distribuição (0,0774% a.a.).

No Fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Fic Fi, o saldo em 31 de dezembro de 2025 era de 67,3 milhões de reais. O investimento inicial mínimo nesse fundo é de 300 mil reais e o investimento adicional mínimo, 10 mil reais. A taxa de administração é 0,50% do patrimônio líquido. A carteira é composta por operações compromissadas over, que perfazem 89,97%, e por Letra Financeira do Tesouro (LFT), que compõe 10,03% do fundo.

A BB DTVM classifica os fundos numa escala de 1 a 5, de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento. Nessa escala, a classificação de risco desse fundo é 1,0, não existindo garantia de rentabilidade. Em 2023, a rentabilidade líquida de despesas, mas, não de impostos, foi 10,14%. O fundo é supervisionado e fiscalizado pela CVM

PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil e de gestão faz parte das rotinas diárias das equipes que compõem a Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade da Documentação Comprobatória da Despesa

A conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesa e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte das atividades diárias das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após checada a regularidade da documentação. Trata-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

- Obrigações Acessórias

Foram cumpridas integralmente todas as obrigações acessórias municipais e federais, das unidades gestoras do FRJ e do TJSC, utilizando o CNPJ 83.845.701/0001-59, conforme demonstram os documentos inseridos no processo administrativo SEI nº 0001487-92.2025.8.24.0710. As declarações fiscais de retenção e de substituição de ISSQN a 113 municípios do Estado de Santa Catarina foram apresentadas mensalmente. Da mesma forma, a EFD-REINF, o E-Social e a DCTFWEB foram enviados mensalmente, a partir da exigência legal, enquanto a DCTF sem movimento e a DIRF, anualmente, exceto os arquivos de retificação, enviados conforme a necessidade.

- PASEP

As obrigações decorrentes do pagamento do PASEP são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do PASEP sob a responsabilidade do TJSC foram encaminhados ao Tesouro do Estado, por descentralização financeira, tendo em vista que o recolhimento ocorre de forma centralizada.

- Conciliação Bancária

A conciliação bancária foi realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários.

- Conformidade Normativa e Regulatória

Além das normas aplicáveis à contabilidade pública, como a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,

importante salientar que o TJSC conduz suas atividades conforme disciplinam as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Assim, necessário destacar a Resolução CNJ nº 651/2025 que regula a retenção de valores destinados ao pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários em contratos administrativos que envolvam dedicação exclusiva de mão de obra, a fim de garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e reduzir o risco de passivos para a Administração. Nesse passo, no Poder Judiciário de Santa Catarina, os editais de licitação que visam contratar serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra já estão alinhados com a referida Resolução.

- Indicadores de Custo e Desempenho Institucional

A contabilidade de custos tem como finalidade mensurar e evidenciar os gastos relacionados à prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos oferecidos à sociedade. Esse processo permite identificar os recursos consumidos na execução das atividades essenciais, como processamento de ações judiciais, atendimento ao público e manutenção das unidades judiciárias. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o módulo de custos disponibiliza informações sobre os gastos relacionados à atividade jurisdicional, permitindo a identificação dos custos por Comarca, por Processo e Completo. Esses indicadores auxiliam o gestor público na definição de políticas que priorizem ações e investimentos para a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

REGULARIDADE DE INVENTÁRIO

Os materiais e os bens do Poder Judiciário são administrados pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A mesma diretoria é responsável por realizar anualmente o inventário dos materiais em almoxarifado e dos bens em estoque e patrimoniais.

No entanto, todos os materiais e os bens adquiridos durante o exercício foram transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça. Desse modo, dada a inexistência de bens a serem inventariados, não foram apresentadas declarações de regularidade de inventário.

**Contadora do Fundo de Reaparelhamento da Justiça
CRC/SC 021875**